

Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Nutrição
Trabalho de Conclusão de Curso

A AÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE À FOME NA INICIATIVA
SCALING UP NUTRITION

BARBARA FERREIRA DOS SANTOS

BRASÍLIA

2015

Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Nutrição
Trabalho de Conclusão de Curso

A AÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE À FOME NA INICIATIVA
SCALING UP NUTRITION

BÁRBARA FERREIRA DOS SANTOS

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisabetta Recine

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade de Brasília,
para a obtenção do grau de Nutricionista.

BRASÍLIA

2015

Resumo

A alimentação é uma necessidade básica e realiza-la enquanto um direito humano tem sido um dos maiores desafios da história da humanidade. Atualmente não somente a falta, mas também os aspectos qualitativos da alimentação têm gerado preocupação diante da transição alimentar e nutricional. Dentre as inúmeras iniciativas globais a Scaling Up Nutrition foi organizada como estratégia para os países alcançarem as metas de desenvolvimento do milênio¹ e tem gerado controvérsias quanto sua estrutura de governança e ações desenvolvidas. **Objetivo:** Caracterizar a ação de combate à fome e desnutrição infantil de fundações e organizações não governamentais internacionais no âmbito da iniciativa Scaling Up Nutrition. **Metodologia:** Estudo de base documental a partir dos relatórios e publicações das ONGs e fundações identificadas. A seleção das ONGs e Fundações foi feita a partir da leitura dos documentos e relatórios do Scaling Up Nutrition. As instituições foram divididas de acordo com sua proposta e analisadas de acordo com sua proposta, objetivos, tipos de ação, países de atuação e financiamento. **Resultados:** O principal resultado encontrado tem relação com os Conflitos de Interesses presente nas parcerias feitas entre as empresas com os Estados, especialmente, nas ações de biofortificação e incentivo a saúde e agricultura. Foram elas: 1. Aprovação de políticas regulatórias de fortificação e a venda dos produtos usados na ação de biofortificação dos alimentos; 2. Ações de biofortificação de alimentos tradicionais sendo apoiadas por empresas responsáveis pela venda desses produtos; 3. Empresas conhecidas por seu potencial obesogênicos apoiando ações de combate à fome e de incentivo à prática de exercícios físicos. 4. O apoio a pesquisas genéticas, especialmente em sementes, o incentivo à agricultura utilizando essas sementes, consideradas pelos fabricantes mais nutritiva e com melhores resultados na colheita. **Conclusão:** Como evidenciado, as ações desenvolvidas para combater a fome, são, em sua maioria, pautadas pelo mercado. As parcerias com o setor privado ilustram essa questão. Como grandes doadores, esse setor acaba por impor suas vontades e preferências nas políticas e atividades, o que nem sempre respeita a cultura e biodiversidade local. Nota-se ainda a necessidade da ONU em intervir com mais firmeza nas parcerias público-privadas tentando garantir maior transparência, efetividade e controle de possíveis conflitos de interesses, colocando assim, o interesse da população foco acima de interesses econômicos vigentes.

SUMÁRIO

1.	Introdução-----	7
2.	Objetivos-----	18
2.1	Objetivo geral-----	18
2.2	Objetivos específicos-----	18
3.	Metodologia-----	18
4.	Resultados-----	20
5.	Discussão-----	32
6.	Conclusão-----	36
	Referências bibliográficas-----	37
	Anexos-----	40

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1. Dados sobre a fome mundial-----	07
Tabela 2. Objetivos e Metas dos Objetivos do Milênio-----	12
Tabela 3.Dados sobre a desnutrição no cenário atual-----	16
Tabela 4.Ações realizadas pelas instituições no âmbito do combate à fome-----	32

Lista de Siglas

ABRANDH- Ação Brasileira pela Nutrição e o Direito Humano

DHAA- Direito Humano a Alimentação Adequada

FAO –Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

ICN- Conferência Internacional de Nutrição

IFAD- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ODM- Objetivos do Milênio

ONG- Organização não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SOFI- O estado de Segurança Alimentar no Mundo

SUN- Scaling Up Nutrition

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WFP- Programa Alimentar Mundial

WHO- Organização Mundial da Saúde

Introdução

A alimentação é uma necessidade básica e realiza-la enquanto um direito humano tem sido fator um dos maiores desafios da história da humanidade. As características da alimentação configuram-se em patrimônio imaterial dos povos e as condições objetivas de produção e acesso traduzem a capacidade econômica e o nível de desenvolvimento social dos países. Atualmente não somente a falta, mas também os aspectos qualitativos da alimentação têm gerado preocupação diante da transição alimentar e nutricional e o consequente aumento na prevalência das doenças crônicas não transmissíveis.

Apesar da clara transição nutricional pelo qual o mundo vem passando, os problemas relacionados à fome e à pobreza ainda persistem. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, no ano de 2014, cerca de 1,9 bilhões de pessoas na idade adulta eram classificados com sobrepeso e desses cerca de 600 milhões eram classificadas como obesas (WHO,2015). Por outro lado, o relatório mais recente da FAO também aponta que há 795 milhões de pessoas que passam fome no mundo (Tabela 1) (ref).

Tabela 1- Dados sobre a fome mundial

Ano	90/92	00/02	05/07	10/12	14/16*
% Mundial	18%	14,9%	14,3%	11,8%	10,9%

*Fonte: Relatório: SOFI 2015 (ONU)

A fome tanto em situações crônicas¹ como emergenciais tem sido uma preocupação e prioridade em inúmeras iniciativas multilaterais promovidas e/ou coordenadas pelos organismos das Nações Unidas.

• Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas foi fundada em 24 de outubro de 1945, composta por países voluntários que se reuniram logo após o final da II Guerra Mundial

¹ “A desnutrição pode ser definida como uma condição clínica decorrente de uma deficiência ou excesso, relativo ou absoluto, de um ou mais nutrientes essenciais” (BVSMS, 2015)

e tinha como objetivos manter a paz contribuir para a reestruturação e reconstrução dos países e a ordem mundial. A ONU, desde o início de suas atividades tratou de problemas envolvendo a fome e a segurança (ONU,2015).

Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA)

Antes de se abordar o Direito Humano a Alimentação Adequada é preciso entender o que são Direitos Humanos e como eles foram instituídos.

A declaração Universal dos Direitos Humanos foi instituída em 1948 pela ONU. Os Direitos Humanos são aqueles que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido como humanos. Eles são universais, indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados em sua realização (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Já o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) só foi instituído em 1966, quando foi reconhecida como um direito humano no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A partir desse momento ficou instituído que a alimentação é um direito indivisível, universal e não discriminatório (PIDESC, 1966).

Segundo o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação, o direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Relator Especial da ONU para o direito à alimentação, 2002).

Um conceito intimamente ligado ao Direito Humano a Alimentação Adequada é o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). São as políticas de SAN que permitem que o DHAA seja alcançado. Esse conceito será melhor descrito abaixo.

- **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

Levando em consideração que a alimentação passou a ser um Direito Humano garantido, é necessário entender que o acesso a uma alimentação não se dá somente por fornecer uma refeição ou nutrientes específicos, mas sim garantir que o acesso seja

seguro, diário, que não seja a maior preocupação da família, que seja sustentável, entre outros fatores.

O conceito de Segurança Alimentar é resultado do processo histórico, das forças sociais envolvidas na luta por sua garantia e, portanto, vem sendo modificado com o passar do tempo. Durante a 1ª Guerra Mundial (1914-18) a Europa passou a utilizar esse conceito, contudo, abordava, predominantemente a capacidade de cada país conseguir produzir seu próprio alimento de forma a não ter problemas com embargos e outras questões militares e políticas (ABRANDH, 2013).

Após a 2ª Guerra Mundial (1939-45) o conceito ganhou certa força, principalmente após a criação das Nações Unidas. Ainda nessa época, SAN era tratada como a suficiência da disponibilidade de alimentos. Baseada nessa teoria de que o problema da fome estava baseado na quantidade de alimentos que eram produzidos nasceu a Revolução Verde. Essa Revolução foi baseada no uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas e mecanização com o intuito de aumentar a produção e ser uma solução viável para as questões de miséria. O primeiro campo de experiência dessa revolução foi na Índia. Na época houve um aumento considerável da produção, mas sem um real impacto na redução da fome. Posteriormente as consequências desse projeto ainda foram sentidas na região através de problemas ambientais, diminuição da biodiversidade local, contaminação do solo, entre outros (ABRANDH, 2013).

Após a Segunda Grande Guerra a produção de alimentos cresceu consideravelmente, até mais do que a própria população, contudo esse crescimento não foi acompanhado do declínio da fome mundial. Portanto a fome não tinha apenas uma relação direta com a produção de alimentos e sim com questões muito mais complexas como a falta de acesso à terra para produção e a insuficiência de renda para a aquisição de alimentos (ABRANDH, 2013).

No Brasil, o conceito de SAN vem evoluindo com a participação intensa de organizações e movimentos sociais, o conceito atualmente adotado e que consta da Lei Orgânica de SAN é que “A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade

cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Tendo em vista a importância de se garantir o acesso a alimentação adequada e a todos já foram, e ainda são, realizadas diversas ações de combate à fome e a miséria. Elas são, em sua maioria, desenvolvidas no âmbito ou com o apoio das Nações Unidas e recebem diversos tipos de financiamentos.

- **Ações de Combate a Fome**

A erradicação da fome tem sido uma busca constante da humanidade, desde medidas de cunho assistencial, desenvolvida por entidades de cunho humanitário ou religioso, a iniciativas de caráter multilateral empreendidas pelos organismos das nações unidas em parcerias com governos e fundações globais. No entanto, o contingente de pessoas com subnutrição ao longo das décadas tem se mantido elevado, com números que oscilam ao redor de 1 bilhão de pessoas, apesar de em alguns períodos haver redução. Por exemplo, entre 1969 e 1971, 941 milhões de pessoas eram acometidas de algum tipo de desnutrição; nos anos de 1990 até 1992 cerca de 840 milhões de pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza e fome (ICN REPORT,1992). Entre 1995 à 1997 houve uma redução no número de famintos para 790 milhões de pessoas. Ainda assim havia necessidade de se estabelecer compromissos mais firmes para que as questões de saúde pública tangentes à alimentação pudessem ser resolvidas.

Em 1992 a ONU organizou a 1ª Conferência Internacional de Nutrição. A Conferência ocorreu em Roma e contou com a participação de 159 países e 114 ONGs. Foram discutidos temas como a situação nutricional dos países, fatores que influenciam o estado nutricional, quais eram os povos mais vulneráveis e soluções para acabar com o problema da fome antes do fim do milênio (FAO,1995).

O Documento resultante dessa Conferência contou com 9 linhas de ação:

1. Incluir a nutrição em políticas e programas de desenvolvimento
2. Melhorar a qualidade de vida das pessoas
3. Proteger a população através da qualidade da alimentação
4. Prevenir e controlar doenças infectocontagiosas
5. Promover o aleitamento materno
6. Voltar a atenção para a situação socioeconômica da população

7. Prevenir e tratar as deficiências de micronutrientes
8. Promoção de uma dieta adequada e saudável
9. Analisar o estado nutricional dos países envolvidos

Entretanto a mazela da fome não foi combatida até a virada do milênio e em setembro de 2000 189 países se reuniram na cúpula do milênio, para discutir novamente os problemas do mundo e possíveis soluções. Nessa reunião foi escrita a Declaração do Milênio. Esse documento reuniu uma série de prioridades coletivas imprescindíveis para o progresso da humanidade. Após diversas outras reuniões, ficou decidido que os países teriam alguns focos específicos para trabalhar até 2015 com o intuito de atingir o progresso necessário para a população mundial, esses focos foram os objetivos do milênio (UNICEF, 2015)

- **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) se constitui de um compromisso de cerca de 191 países em torno de metas a serem alcançadas para a melhoria da qualidade de vida das populações de todo o mundo (Cúpula do Milênio,2000).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, segundo o documento Projeto do Milênio da ONU 2005, são metas quantificadas, com um prazo definido, que foram definidos para combater a pobreza extrema nas suas inúmeras dimensões tais como renda, fome, mortalidade materno-infantil, educação e outros. Os objetivos visavam também promover a igualdade entre homens e mulheres, a educação e a sustentabilidade ambiental (Projeto do Milênio da ONU,2005).

Foram instituídos 8 objetivos que, de acordo com os prazos estabelecidas, deveriam ser cumpridos até o ano de 2015. Para que esses objetivos alcançassem o sucesso, os países deveriam iniciar suas ações até o ano de 2006. A tabela 2 abaixo traz os objetivos e o detalhamento das metas para cada objetivo do milênio.

Tabela 2- Objetivos e Metas dos Objetivos do Milênio.

Objetivo	Metas
Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia. • Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia. • Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens • Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome. • Erradicar a fome entre 1990 e 2015.
Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. • Garantir que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental
Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até 2015.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade na infância	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em três quartos, entre 1990 e

	<p>2015, a taxa de mortalidade materna.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva. • Promover, na Rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015. • Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual.
Objetivo 6: Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual. • Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento de HIV/Aids para todas as pessoas que necessitem. • Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual. • Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose. • Até 2010, ter eliminado a hanseníase.
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. • Reduzir a perda de diversidade biológica e alcançar, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda. • Reduzir pela metade, até 2015, a

	<p>proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura e esgotamento sanitário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.
Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. • Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos .Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza. • Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembléia Geral).

	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. • Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo. <p>Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.</p> <p>Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.</p>
--	---

Fonte: PNUD, 2015

Caso as ações necessárias para o cumprimento das metas tivessem sido plenamente implantadas, em 2015, cerca de 500 milhões de pessoas teriam deixado a situação de pobreza extrema; 300 milhões de pessoas já não estariam passando fome; 30 milhões de crianças menores de cinco anos deixariam de morrer; cerca de 350 milhões de pessoas teriam acesso à água potável e 650 milhões teriam acesso a saneamento básico (SOFI, 2014).

A ONU publicou, em 2014, através da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em conjunto com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e o Programa Alimentar Mundial (WFP) um

documento onde foi analisado o atual estado de insegurança alimentar no mundo. Esse documento esclareceu a situação das diversas regiões do mundo em relação ao alcance das metas estabelecidas pelos ODM.

O documento indica que em partes da Ásia os objetivos dentro de um crescimento aceitável. A América Latina e o Caribe, considerados como um bloco, foram os únicos a alcançarem o objetivo nº1. Contudo, também havia indicações que, em alguns países, especialmente no Continente Africano e o leste da Ásia a situação continuava crítica, e, em alguns deles a situação havia inclusive piorado. A tabela 3 apresenta o número de subnutridos e a prevalência de subnutrição em 1990/92 e 2012/14 (SOFI, 2014).

Tabela 3- Dados sobre a Desnutrição no Cenário Atual

	1990-92	2012-14
	Nº(Milhões) %	Nº(Milhões) %
Mundo	1014.5 18,7	805,3 11,3
África	182.1 27,7	226.7 20,5
Ásia	742,6 23,7	525,6 12,7
América Latina e Caribe	68.5 15,3	37,0 6,1
Oceania	1.0 15,7	1.4 14,0

Fonte: SOFI 2014

Como pode-se observar, os dados acima mostram que o número de subnutridos no mundo caiu de 18,7% para 11,3%, isso demonstra que a meta de reduzir pela metade o número de subnutridos está perto de ser alcançada.

- **A iniciativa Scaling Up Nutrition – SUN**

De maneira a fortalecer o ODM relacionado à redução da fome e melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil, em 2010, foi criada a Iniciativa “Scaling Up Nutrition”, coordenada por um representante especial do Secretário Geral da ONU e apoiado por países doadores e com forte participação da Fundação Bill e Melinda Gates e do Banco Mundial (SUN, 2011).

A SUN reúne governos, sociedade civil, doadores, pesquisadores e a ONU em torno do objetivo de combater a desnutrição por meio de ações que envolvem fortificação de alimentos, suplementação de micronutrientes, apoio ao aleitamento materno e ainda apoio a ações em agricultura, saneamento básico e educação. Cada um dos atores envolvidos na instituição tem o mesmo peso nas decisões e ações e cada um tem responsabilidades específicas. A sociedade civil organizada funciona como um facilitador dentro dos países, além de ajudar na divulgação das ações junto a população local. Já os doadores e os empresários são responsáveis por reunir o capital e financiar os projetos, pesquisas e ações. A ONU dá um suporte geral nas áreas que necessitam (SUN, 2015).

O SUN está atualmente em desenvolvimento em 55 países (SUN, 2015). A maioria dos países participantes são do continente africano e asiático. A lista de países nos quais a SUN atua se encontram anexadas ao final do trabalho.

Como citado anteriormente, as ações de combate à miséria e outros problemas relacionados a má nutrição, tais como o sobrepeso e a obesidade, vem sendo implantadas mundialmente e tem ocupado espaços significativos nesses países. Contudo, a desnutrição vem sendo encarada de modo vertical e puramente tecnicista. A alimentação de um povo envolve aspectos políticos, expressa cultura e valores e vem carregado de empoderamento e de reafirmação de identidade. Tendo em vista a complexidade do que a alimentação representa, os problemas relacionados a ela devem ser tratados de maneira multidisciplinar, somando a atuação do governo com ações planejadas a curto e a longo prazo (ICN2, 2014).

Nesse contexto discutido acima, este trabalho vem mapear a governança e financiamento dos projetos realizados através da Iniciativa Scaling Up Nutrition

tentando evidenciar até que ponto os princípios básicos e relevantes na alimentação humana tem sido levados em consideração.

III. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Caracterizar a ação de combate à fome e desnutrição infantil de fundações e organizações não governamentais internacionais no âmbito da iniciativa Scaling Up Nutrition.

Objetivos Específicos

- Identificar a missão e visão das ONGs e fundações;
- Identificar os países de atuação das ONGs e fundações
- Descrever as estratégias e as ações desenvolvidas
- Identificar fontes de financiamento;
- Identificar resultados anunciados.

V. Metodologia

Trata-se de estudo de base documental a partir dos relatórios e publicações das ONGs e fundações identificadas. A seleção das ONGs e Fundações foi feita a partir da leitura da dos documentos e relatórios do Scaling Up Nutrition.

- Seleção das Instituições

A seleção foi feita após a consulta de documentos e relatórios da SUN. Neles estavam contidos os nomes de todos os parceiros da Iniciativa. Foi elaborada uma tabela com todas as instituições e ONGs.

Os sites de todos os parceiros identificados foram visitados. Essa busca preliminar visou encontrar evidências do trabalho desenvolvido junto a iniciativa SUN e este foi o critério utilizado na seleção dos parceiros que compuseram o mapeamento. Dentre os 111 parceiros inicialmente identificados apenas 7 foram o foco do presente estudo, pois apenas eles caracterizaram uma parceria com o meio privado onde a análise do conflito de interesses estaria bem presente.

Após essa seleção, os parceiros selecionados foram divididos em três grupos: Um grupo de instituições financiadoras, um grupo de instituições e ONGs que recebem esse financiamento e um grupo de fundações.

Logo após essa seleção iniciou-se o processo de busca ativa de informações sobre as mesmas. O mapeamento foi obtido através de informações fornecidas nos próprios sites. Essa busca inicial visava coletar informações básicas para guiar os passos seguintes do mapeamento. As instituições foram divididas de acordo com sua proposta (ONGs, iniciativas ou fundações) e as informações coletadas foram as listadas abaixo:

- Proposta da Instituição (ONG, iniciativa ou fundação)
- Objetivos da mesma (missão/ visão)
- Estratégias de atuação; Ações realizadas
- Países de atuação
- Financiamentos e parceiros

Com relação as principais atividades desenvolvidas pelas instituições, vale ressaltar que foram escolhidas e discutidas as ações que tinham correlação mais direta com a nutrição e os problemas relacionados a fome e miséria no mundo.

Os dados obtidos foram analisados utilizando o Excel.

Resultados

Após a seleção das instituições foram coletadas as informações, retirando estas dos próprios sites das instituições. Foram encontradas 111 instituições parceiras da iniciativa, grande parte delas com atuação a nível global.

Dada a disponibilidade de tempo e recursos, a investigação das 111 seria inviável, portanto o critério de seleção fez-se necessário. A redução drástica no número de parceiros analisados deu-se, pois, a maioria deles, em seus sites, explicita apenas suas ações isoladas, sem deixar claro quais são integrantes da Iniciativa Scaling Up Nutrition.

Os resultados encontrados, através da busca ativa, foram, principalmente, em relação as ações desenvolvidas, quem financiava as ações e em que países elas ocorrem, visando direcionar a discussão para questões que permeiam a segurança e soberania alimentar.

A Lista abaixo traz a lista de parceiros da iniciativa Scaling Up Nutrition que foram identificados., divididos de acordo com sua função desempenhada.

1. Action Against Hunger (ACF)	Development, USA
2. Adventist Development and Relief Agency (ADRA)	10. Bread for the World, USA
3. AED	11. Canadian International Development Agency/Agence canadienne de developpement internationale (CIDA)
4. African Medical and Research Foundation (AMREF)	12. CARE International
5. Africa Nutrition Society (ANS)	13. CHF International
6. Bill & Melinda Gates Foundation	14. ChildFund International
7. Biociencias	15. Chouaib Doukkali University, Training and Research Unit on Nutrition & Food Sciences, Morocco
8. Bioversity International	
9. Boston University Department of International Health and Center for Global Health and	

16. Christian Reformed World Relief Committee (CRWRC)
17. Church World Service (CWS)
18. Commission for Central Africa Economic Monetary Community (CEMAC)
19. Concern Worldwide
20. CORE Group
21. Cornell University, USA
22. Cornell University Division of Nutritional Sciences, USA
23. Corporacion Ecuatoriana de Biotecnologia, Ecuador
24. Danish International Development Agency (DANIDA)
25. Department for International Development (DFID), UK
26. East, Central and Southern African Health Community
27. Emory University, USA
28. European Paediatric Association
29. Food for the Hungry, USA
30. Direction générale de la mondialisation, du développement et des partenariats, Ministère des Affaires Étrangères et Européennes, France
31. Freedom From Hunger, USA
32. Global Action for Children, USA
33. Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN)
34. Global Public Nutrition Services, LLC
35. Government of Japan
36. Government of Malawi
37. Haitian Health Foundation (HHF)
- 14**
38. HarvestPlus, USA
39. Hawassa University, Institute of Nutrition, Food Science & Technology (INFST), Ethiopia
40. Health Alliance International
41. Helen Keller International (HKI)
42. Institute of Development Studies, UK
43. International Center for Agricultural Research in the Dry Areas (ICARDA)
44. International Centre for Diarrhoeal Disease Research, Bangladesh (ICDDR,B)
45. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies
46. International Food Policy Research Institute (IFPRI)
47. International Institute of Tropical Agriculture (IITA)
48. International Medical Corps
49. International Relief and Development (IRD)
50. International Rescue Committee
51. International Union of Nutritional Sciences (IUNS)
52. International University of Business Agriculture and Technology, Dhaka, Bangladesh
53. Irish Aid – Department of Foreign Affairs of Ireland

54. JSI Research & Training Institute, Inc.
55. Lebanese Association for Nutrition and Food Sciences
56. Mahidol University, Thailand
57. McGill University World Platform for Health and Economic Convergence
58. Medical Teams International
59. Menzies School of Health Research (MSHR), Australia
60. Micronutrient Initiative, Canada
61. National Institute of Nutrition (VDD), Vietnam
62. National Institute of Public Health (INSP), Mexico
63. National Nutrition Council, Philippines
64. National Nutrition Institute, MOH Egypt
65. Nepali Technical Assistance Group (NTAG)
66. Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands
67. Nevin Scrimshaw International Nutrition Foundation (INF)
68. New Partnership for Africa's Development (NEPAD)/African Union
69. Plan International, USA
70. Population Services International (PSI)
71. Program for Appropriate Technology in Health (PATH), USA
72. Program in International and Community Nutrition at University of California, Davis, USA
73. Project Concern International
74. Public Health Foundation of India (PHFI)
75. Regional Center for Quality of Health Care (RCQHC), Uganda
76. Save the Children
77. La Cellule de Lutte contre la Malnutrition (CLM), Senegal
78. Society for Elimination of Rural Poverty (SERP)
79. South African Medical Research Council (SA MRC)
80. Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, Spain
81. The Manoff Group, USA
82. The Mathile Institute for the Advancement of Human Nutrition, USA
83. The New York Academy of Sciences, USA
- 15**
84. The United Nations Children's Fund (UNICEF)
85. Tufts University Friedman School of Nutrition Science and Policy
86. Uganda Action for Nutrition Society (UGAN), Makerere University, Uganda
87. Un Kilo de Ayuda, Mexico
88. Union économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA) (West African Economic and

Monetary Union), West Africa

89. United Nations University

90. United Nations University Food and Nutrition Program for Human and Social

Development

91. United Nations University/Tufts University, Friedman School of Nutrition Science and

Policy

92. United States Agency for International Development (USAID)

93. University of Foggia, Italy

94. University of Ghana

95. Wageningen University Research Centre, The Netherlands

96. WellShare International

97. West African Health Organization, Economic Community of West African States

(CEDEAO/ECOWAS)

98. World Bank

99. World Concern

100. World Food Programme

101. World Relief

102. World Vision

Parcerias

1. Flour Fortification Initiative (FFI)

2. Fortitech – World Initiative for Nutrition (WIN)

3. Humanitas Global Development

4. International Association of Operative Millers

5. The International Life Science Institute Focal Point in China

6. Rice Fortification Resource Group

7. Sight and Life

8. Strategic Alliance for the Fortification of Edible Oils (SAFO)

9. West African Association of Cooking Oil Industries (AIFO-UEMOA)

Os resultados abaixo foram os obtidos através da busca ativa, a partir da lista de parceiros acima e trazem o detalhamento das fundações, ongs e instituições.

Fundações

- **Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN)**

Caracterização de Fundações e ONGs parceiras do SUN
--

Nome: Global Alliance for Improved Nutrition

Missão/ Visão : A GAIN é uma organização internacional focada em encontrar soluções para acabar com os problemas relacionados a desnutrição. Foi criada em 2002 e, basicamente, atua construindo alianças entre governos, agentes do setor privado e a sociedade civil para entregar as soluções para o problema da fome. A meta de 2015 é atingir mais de 1 bilhão de pessoas.

Principais atividades: Os focos prioritários dessa instituição são a prevenção do nanismo (causado pela desnutrição); a deficiência de micronutrientes; A diversificação da dieta; E o foco em mulheres grávidas e adolescentes do sexo feminino.

Prevenção do Nanismo → nessa área as ações são focadas nos primeiros mil dias de vida da criança, a partir de sua concepção. Alguns estudos mostraram que ações realizadas nessa brecha de tempo são mais eficazes a longo prazo na prevenção de desnutrição crônica.

Deficiência de Micronutrientes → O foco dessa prioridade é garantir que os indivíduos que não tem acesso a uma alimentação completa e adequada possam receber todos os micronutrientes essenciais em uma dieta de qualidade. A Global Alliance trabalha em dois âmbitos principais: Ajuda os países a regularem a fortificação obrigatória e produzem o PREMIX®, que é uma mistura em pó usada para “fortificar” alimentos prontos.

Diversificação da Dieta → Nesse foco A Global Alliance faz investimentos em pesquisas, para melhorar a qualidade dos alimentos de acordo com as necessidades locais. Também investe na agricultura e em mercados locais, visando melhorar a economia.

Mulheres grávidas e adolescentes → A GAIN visa trabalhar com esses grupos pensando na saúde dos futuros bebês.

Países que atuam: 29 países -

Afganistão, Bangladesh, Brasil*, Cambodia, China, Costa do Marfim, República Dominicana, Equador, Egito, Etiópia, Gana, Haiti, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Quênia, Mali, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Paquistão, Senegal, África do Sul, Tajiquistão, Tanzânia, Uganda, Vietnam, Iêmen, Zâmbia.

*Tentam aprovar um programa de fortificação de vitamina A para o arroz.

<p>Financiamento: Em 2014 recebeu mais de 49 milhões de dólares</p> <p>USAID</p> <p>UKAID</p> <p>Bill and Melinda Gates Foundation</p> <p>Life you can Save</p> <p>Irish Aid</p> <p>Children's Investment Fund Foundation</p>

- **Save the Children**

Máscara TCC
Nome: Save the Children
<p>Missão/ Visão : Criado em 1938 com o objetivo de funcionar como um catalizador de fundos para as crianças do mundo todo que vivem em algum tipo de situação de risco, imediata ou a longo prazo.</p>
<p>Principais atividades: Fornecem provisões para famílias em situações de risco; Fornecem instruções para famílias poderem plantar e obter seu próprio alimento; Suporte para crianças e suas mães.</p>
<p>Países que atuam: Burkina Faso, Burundi, República Centro Africano, República Democrática do Congo, Etiópia, Guiné, Malawi, Libéria, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Bangladesh, Butão, China, Índia, Indonésia, Myanmar, Nepal, Filipinas, Tailândia, Vanuatu, Vietname, Bolívia, República Dominicana, El Salvador</p>

Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua

Financiamento:

Unilever®

P&G®

Pepsico®

IKEA Foundation

USAID

Instituições

World Food Program (WFP)

- **Nome:** World Food Program (WFP)

Missão/ Visão : Foi criado em 1961 com a visão de garantir que todos tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável. A WFP acredita que a comida tem relação direta com desenvolvimento social.

Principais atividades: Os focos prioritários em nutrição são: Refeições escolares de alta densidade energética; aumentar o acesso das populações vulneráveis à alimentos; Suporte e incentivo a agricultura e comércio local;

Países que atuam: Afeganistão, Algeria, Armênia, Bangladesh, Benin, Butão, Bolívia, Burkina, Faso, Burundi, Cambodia, Camarões, Republica Da África Central, Chad, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Djibuti, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, Gambia, Gana, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Jordânia, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Níger, Paquistão, Palestina, Peru, Filipinas, Ruanda, São Tome e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sri Lanka, Síria, Tajiquistão, Tanzânia, Timor-Leste, Togo, Tunísia, Uganda, Ucrânia, Iêmen, Zâmbia, Zimbábue

Financiamento:

MasterCard

Bill and Melinda Gates Foundation

Children's Investment Fund Foundation

USAID

Unilever®

Coca-Cola®

Danone®

Pepsico®

Governo de 60 países

- **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura- FAO**

Nome: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura- FAO

<p>Missão/ Visão: A FAO trabalha tentando diminuir a pobreza e a insegurança alimentar no mundo, em especial em países mais vulneráveis.</p>
<p>Principais atividades: atuam no incentivo da agricultura local, tentando torná-la mais rentável e sustentável; Garantir o acesso a comida saudável e segura; Incentivo as cadeias curtas; Assistência em momentos de crise.</p>
<p>Países que atuam: Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro Africano, Chade, Comores, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zimbábue, Haiti, Honduras, Nicarágua, Afeganistão, Bangladesh, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Índia, Quirguistão, Mongólia, Nepal, República Árabe Síria, Tadjiquistão, Uzbequistão, Iêmen, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão</p>
<p>Financiamento:</p> <p>World Association of Community Radio Broadcasters (AMARC);</p> <p>World Vision International (WVI)</p> <p>Slow Food</p> <p>IKEA</p> <p>Bill and Melinda Gates Foundation</p>

Fundações (financiadoras)

- **Bill and Melinda Gates Foundation**

Nome: Bill and Melinda Gates Foundation
Missão/ Visão : é uma das maiores fundações privadas do mundo e foi criada no ano 2000. Tem como objetivos globais aumentar a assistência médica e diminuir a extrema pobreza.
Principais atividades: Em nutrição a Fundação apresenta algumas linhas de trabalho específicas: Ela apoia o desenvolvimento da agricultura com o objetivo de reduzir a fome e pobreza dos agricultores e suas famílias, além de tentar desenvolver um tipo de agricultura sustentável. Apoiam também as pesquisas genéticas para melhoria de grãos e da pecuária. Destinam ainda uma parte de seus fundos, cerca de 100 milhões, para projetos de biofortificação com ferro, vitamina A e zinco.
Países que atuam: Índia, China, Etiópia, Nigéria, África do Sul, Faso, Congo, Gana, Quênia, Senegal, Tanzânia, Zâmbia, Iêmen, Iraque, Faixa de Gaza, Síria, Tunísia e Palestina.

- **USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)**

Nome: USAID
Missão/ Visão : Acabar com a extrema pobreza; desenvolver, em seu total potencial, sociedades democráticas; Melhorar a vida de quem vive com menos de 1,90 dólar/dia.
Principais atividades: Em nutrição os programas são variados. A USAID trabalha incentivando pesquisas em agricultura; incentivo ao comércio local, movimentando a economia; incentivo financeiro ao pequeno produtor; ajuda legal quanto a direitos humanos; Programas de abastecimento de água e saneamento

básico.

- **Países que atuam:**

Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, África Central Regional

República Centro Africano, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo

Djibouti, África Oriental Regional, Etiópia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República do Congo, Ruanda, Sahel Regional, Senegal, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Southern Africa Regional, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Uganda , África Ocidental, Zâmbia, Zimbabwe, Bangladesh, Birmânia, Camboja, China, Índia, Indonésia, Cazaquistão, República do Quirguistão, Laos, Maldivas, Mongólia, Nepal, Ilhas do Pacífico, Filipinas, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Timor-Leste, Turquemenistão, Uzbequistão, Vietnã, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai

- **ChildFund International**

Nome: ChildFund International

Missão/ Visão : A ChildFund International tem como objetivo ajudar crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza e risco. Trabalham como um catalizador de fundos na tentativa de garantir um futuro melhor.

<p>Principais atividades: A Fundação trabalha com diversas ações em nutrição. Tenta garantir uma nutrição adequada para crianças; Realizam trabalhos em grupo visando ajudar as crianças e adolescentes no convívio em sociedade; Ajudam ainda na qualificação para empregos.</p>
<p>Países que atuam: Etiópia, Gâmbia, Guiné, Quênia, Libéria, Moçambique, Senegal Serra Leoa, Togo, Uganda, Zâmbia, Brasil, Bolívia, Dominica, São Vicente, Equador, Guatemala, Honduras, México, Estados Unidos, no Afeganistão, Camboja, Índia, Indonésia Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, Vietnã, Belarus.</p>

As organizações e fundações tem uma atuação em nível global.

Quanto ao financiamento, várias instituições financiam os mesmos programas e ações, incluindo as ações da Scaling Up Nutrition. Nas 7 Instituições analisadas, a Bill and Melinda Gates Foundation está presente em quatro delas. Já a USAID, CIFF, Unilever, Pepsico e IKEA apareceram em pelo menos duas das sete instituições analisadas.

Há um elenco comum de atividades e ações desenvolvidas pelas ONGs e organizações. Destacam-se as ações de biofortificação, incentivo a agricultura e um incentivo as pesquisas de melhoramento geneticamente plantas. Quanto a biofortificação, tem-se como problemas centrais o desrespeito a soberania alimentar local; a medicalização dos tratamentos e o alto custo de investimento que tais tecnologias demandam, além do conflito de interesses no âmbito público-privado.

Dando destaque a agricultura, os principais programas trabalham no melhoramento genético de sementes e na difusão dessas sementes, com a alegação de que elas seriam mais nutritivas e teriam um melhor desempenho ao serem plantadas. Contudo, o uso de sementes geneticamente modificadas representam um risco ambiental e cultural, além de gerar dependência do uso destas.

A tabela 3 abaixo apresenta, detalhadamente, os dados sobre os programas realizados pelas instituições.

Tabela 4- Ações realizadas pelas instituições no âmbito do combate a fome

Tipo de ação	% de instituições que realizam
Micronutrientes e biofortificação	17,64%
Crianças nos primeiros 1000 dias	11,76%
Mulheres e Adolescentes	17,64%
Situações Emergenciais	17,64%
Incentivo a agricultura e comercio local	23,52%
Pesquisa Genética	11,76%

Pelo dado apresentado é notável que um maior número de organizações está envolvida com ações de agricultura e biofortificação. Outro ponto que chama a atenção é o número organizações envolvidas com melhoramento genético. Esses dados são alarmantes.

Discussão

O objetivo de combater a fome e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos permeia a sociedade desde sempre. Contudo, nos programas e atividades desenvolvidos até o presente, pode-se notar pouca participação social e uma grande tendência a tratar a desnutrição infantil sob as outras, a considerando ainda, como um problema emergencial, sem a proposição de ações a longo prazo.

Uma dessas iniciativas, a base desse trabalho, é o Scaling Up Nutrition. É uma iniciativa que conta com a participação de diversos países e instituições que se articularam com o objetivo de combater a fome, visando alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio (SUN, 2015).

Entre os vários aspectos que mereceriam análise da iniciativa SUN, este estudo focalizou as Fundações e ONGs envolvidas. Os aspectos analisados foram os

relacionados a garantia da soberania alimentar dos países onde a iniciativa atua e as relações de conflitos de interesses.

Quanto ao financiamento existem uma série de fatores que precisam ser ressaltados. Inicialmente nota-se que grande parte dos financiadores são do setor privado. Esse tipo de financiamento pode levar a um conflito de interesses.

Segundo Thompson, conflito de interesses é definido por um conjunto de condições onde o julgamento de um indivíduo pode ser influenciado indevidamente por interesses secundários a questão. Levando em consideração essa definição pode-se inferir que tais conflitos, não somente ocorram com frequência, mas também possam influenciar de maneira negativa projetos e pesquisas relacionadas, ao manejo genético de sementes, por exemplo.

Outro fator relacionado ao financiamento vem da dicotomia das próprias financiadoras. Como visto anteriormente, alguns dos patrocinadores são marcas mundialmente conhecidas pela venda de produtos obesogênicos e não saudáveis. Contudo essas marcas financiam pesquisas e projetos que atuam tanto no combate a fome, quanto no controle da obesidade, sendo elas mesmas consideradas determinantes no processo de obesidade (NOGUEIRA, et al 2009).

Ainda em relação ao financiamento tem-se um grande número de parcerias público-privadas. As relações econômicas e de poder nesse tipo de parceria são determinantes nos resultados que serão encontrados. Apesar de se afirmar, na maioria delas, que a participação é paritária, o lado econômico e a capacidade de fazer investimentos desempenham um importante papel. Tal relação desigual pode colocar interesses acima dos objetivos de saúde, prejudicando assim a população, o governo e o desenvolvimento de ações mais efetivas (HAWKES, 2011).

Uma questão que permeia as ações é que preponderantemente se destinam a medidas de curto prazo, quase não existindo ações de caráter estrutural que levariam o país a superar o problema de maneira sustentável. Um dos fatores que contribuem enormemente para isso é a questão de que a fome não é tratada de maneira multidisciplinar. Trata-se a fome e extrema pobreza como uma questão de má administração, ignorando o fato de que ela, na verdade, é uma representação social de uma série de fatores: acesso a comida, comércio, políticas públicas, distribuição de terras, oferta de empregos, distribuição de renda (ABRANDH, 2013).

Tratar a desnutrição, em todas as suas formas, de maneira adequada, exige, inicialmente que a alimentação seja vista como um Direito Humano Fundamental e que é papel do Estado garantir o acesso a ela. Além disso, são necessárias ações que incentivem e protejam a produção local, que incentivem as cadeias curtas e movimentem a economia local, emponderando assim as pessoas em relação ao ato de se alimentar. Outro ponto de suma importância reside na proteção que o Estado deve oferecer em relação ao marketing abusivo e ao uso excessivo de produtos industrializados, tanto nas ações emergenciais quanto a longo prazo. Tais ações necessitam de um suporte político e vão muito além de ações esporádicas e emergenciais (ICN2, 2014)

Outro fator essencial que precisa ser discutido é a questão da soberania dos Estados. Soberania, em um sentido amplo, tanto com relação ao poder do Estado quanto com relação a soberania alimentar local. Soberania Alimentar relaciona-se ao direito dos povos de escolher e decidir o que vai se produzido e consumido e reflete ainda na cultura local. Respeitar a soberania alimentar de um povo vai além da capacidade de se decidir sobre o que se vai comer. Perpassa pela preservação de sementes tradicionais, da biodiversidade, do respeito a herança cultural do local (ABRANDH, 2013).

Quando se coloca o contexto das ações realizadas pelas instituições é possível notar que grande parte destas visam suplementação, biofortificação e o uso de sementes geneticamente modificadas. A partir do momento que a alimentação local é deixada de lado em detrimento de uma biofortificação, que representa ainda um conflito de interesses, a soberania alimentar está sendo ameaçada.

A biofortificação é definida como uma estratégia de correção da baixa ingestão de micronutrientes pela população. Ela vende a ideia de que um alimento, para ser considerado mais forte e melhor, deve ter uma concentração maior desse ou daquele nutriente (BIOFORT, 2015). Contudo, nem sempre as soluções propostas, a biofortificação no caso, é a solução mais efetiva e eficaz para o problema, o que representa a manutenção de ambos: o problema e o lucro dos envolvidos.

Alguns exemplos que sustentam essa teoria vêm da falta de estudos que realmente comprovem a eficácia e a segurança da biofortificação. Existem dois trabalhos que descrevem a efetividade dessa solução. Eles foram liderados pela mesma pesquisadora, curiosamente, a pesquisadora em questão também foi coordenadora de

um portfólio multimilionário da empresa HarvestPlus, uma grande financiadora e difusora da biofortificação em níveis mundiais (BIOFORT,2015).

Um outro ponto de suma importância é a falta de análise em relação ao custo benefício da implantação desses sistemas. A implantação desse tipo de tecnologia, geralmente, tem um custo muito elevado e monopoliza o desenvolvimento das sementes, vez que o produtor não consegue reaproveita-las e se torna dependente da aquisição de sementes com os grandes conglomerados detentores da tecnologia, tudo com o acréscimo do valor das commodities, ameaçando assim a soberania local.

Existem ainda uma série de exemplos que demonstram a relação conflituosa que as parcerias público-privadas e o favorecimento do interesse econômico causam em Estados que vem perdendo sua soberania, tanto alimentar quanto política.

Um exemplo que ilustra essa relação conflituosa e ameaçadora de soberania dos Estados é a ação desenvolvida pela GAIN. Ela é responsável por apoiar os países a aprovarem legislações específicas que autorizem e incentivem a fortificação de alimentos. Ao mesmo tempo ela financia pesquisas em fortificação e ainda é responsável pela produção de uma mistura pré-preparada que pode ser adicionada aos alimentos, funcionando como um suplemento de micronutrientes (GAIN,2015).

Outra ação, ainda da GAIN, mas que ainda não foi implementada, é a biofortificação do arroz, um prato tão típico e representativo da nossa cultura. O projeto planeja implementar e iniciar a distribuição de um arroz fortificado com micronutrientes, em especial a vitamina A, abordando esse problema crônico da população brasileira. Contudo, os financiadores das pesquisas e ações incluem uma grande rede de supermercados e uma grande marca de arroz, que lucrariam com a implementação dessa ação (GAIN,2015).

Como evidenciado anteriormente, as ações desenvolvidas para combater a fome, são, em sua maioria, pautadas pelo mercado. As parcerias com o setor privado ilustram essa questão. Como grandes doadores, esse setor acaba por impor suas vontades e preferências nas políticas e atividades, o que nem sempre respeita a cultura e biodiversidade local (RECINE et al 2014).

Conclusão

Conclui-se que a desnutrição, desde a fome e a miséria até o sobrepeso e a obesidade, é um desafio imediato e dramático e precisa ser tratado com seriedade e comprometimento político, sendo encarada em toda a sua multidisciplinariedade, visando oferecer uma dieta de qualidade em todas as fases da vida.

Conclui-se ainda que a participação igualitária de todos os atores envolvidos no combate a fome deve ser incentivada, cada um com suas responsabilidades definidas. Nota-se ainda que o Governo e a Sociedade civil tem que voltar a ocupar seus papéis fundamentais nesse processo como provedor de ações e políticas públicas e como ferramenta de participação e controle social, respectivamente, visando obter um processo com maior transparência e confiabilidade, colocando em primeiro plano os interesses da saúde pública (SEGEP,2013).

Ressalta-se também a necessidade de maiores pesquisas nas áreas onde as ações estão sendo realizadas, afim de evitar problemas de saúde ainda desconhecidos devido a falta de pesquisa e conhecimento na área da biofortificação, por exemplo.

Por fim, nota-se com grande preocupação a necessidade da ONU em intervir com mais firmeza nas parcerias público-privadas tentando garantir maior transparência, efetividade e controle de possíveis conflitos de interesses, colocando assim, o interesse da população foco acima de interesses econômicos vigentes.

Referências Bibliográficas

1. Bill and Melinda Gates Foundation. Disponível em: <http://www.gatesfoundation.org/>. Acesso em 3 de julho de 2015.
2. BioFort. Perguntas frequentes. Disponível em: <http://biofort.com.br/perguntasfrequentees/> (acessado em 15 outubro 2015)
3. BioFort. Resultados. Disponível em: <http://biofort.com.br/resultados/> (acessado em 15 outubro 2015)
4. ChildFund. Disponível em: < <http://scalingupnutrition.org/>. Acesso em 3 de julho de 2015.
5. DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA DA ONU (Brasil). **Objetivos do Milênio**. 2010. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade/27665>. Acesso em: 20/07/2015
6. FAO, WFP and IFAD. The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome: FAO, 2012.
7. FAO, WFP and IFAD. The State of Food Insecurity in the World 2014. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition.: FAO, 2014.
8. FAO, WFP and IFAD. The State of Food Insecurity in the World 2015. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome: FAO, 2015.
9. FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em 10 de agosto de 2015.
10. Global Alliance for Improved Nutrition. Disponível em: <http://www.gainhealth.org/>. Acesso em 4 de julho de 2015.
11. HAWKES, Corinna. Public health sector and food industry interaction: it's time to clarify the term 'partnership' and be honest about underlying interests. **European**

Journal of Public Health. Oxford University, 10/2011. Caderno p. 400-403.
Disponível em: <http://eurpub.oxfordjournals.org/content/eurpub/21/4/400.full.pdf>.
Acesso em: 25/11/2015

12. LEÃO, Marília Mendonça; **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.
13. NOGUEIRA, Fernanda de Albuquerque Melo; SICHIERI, Rosely. Associação entre consumo de refrigerantes, sucos e leite, com o índice de massa corporal em escolares da rede pública de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2715-2724, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001200018&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200018>
14. SOUZA, Vanessa de; REIS, Alexandre. **Estado, mercado e sociedade civil: conversações em torno da responsabilidade social**. 2004. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2013.pdf>. Acesso em: 25/10/2015
15. Save the Children. Disponível em http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6115947/k.B143/Official_USA_Site.htm /. Acesso em 3 de julho de 2015.
16. Scaling Up Nutrition. Disponível em: < <http://scalingupnutrition.org/>. Acesso em 3 de julho de 2015.
17. Shiva V. Tackling "Monoculture of the Mind". Billionaires forgo iron-rich crops in push for GM bananas in India. 24 abril 2013. Disponível em: <http://www.commondreams.org/views/2013/04/24/tackling-monoculture-mind> (acessado em 20 outubro 2015)
18. Thompson DF. **Understanding financial conflicts of interest**. N Engl J Med 1993;329:573-6.
19. UNITED NATIONS **History of the United Nations**. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/index.html>. Acesso em: 10/05/2015

20. USAID. Disponível em: < <https://www.usaid.gov/>. Acesso em 10 de agosto de 2015.
21. Welch RM, Graham RD. A new paradigm for world agriculture: meeting human needs: Productive, sustainable, nutritious. *Field Crops Research* 1999; 60(1-2):1-10.
22. World Food Program. Disponível em: <http://www.wfp.org/>. Acesso em 10 de agosto de 2015.
23. XAVIER, Ana Isabel et al. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Humana Global, 2007.

Anexos

Lista de Países – Scaling Up Nutrition

- | | |
|------------------------------------|------------------|
| 1. Bangladesh | 18. Guatemala |
| 2. Benin | 19. Guiné |
| 3. Botswana | 20. Guiné-Bissau |
| 4. Burkina Faso | 21. Haiti |
| 5. Burundi | 22. Indonésia |
| 6. Camboja | 23. Quênia |
| 7. Camarões | 24. Quirguistão |
| 8. Chade | 25. Laos |
| 9. Comores | 26. Lesoto |
| 10. Congo | 27. Libéria |
| 11. Costa Rica | 28. Madagáscar |
| 12. Costa do Marfim | 29. Malawi |
| 13. República Democrática do Congo | 30. Mali |
| 14. El Salvador | 31. Mauritânia |
| 15. Etiópia | 32. Moçambique |
| 16. Gâmbia | 33. Myanmar |
| 17. Gana | 34. Namíbia |

- | | |
|------------------|-----------------|
| 35. Nepal | 47. Sudão |
| 36. Níger | 48. Suazilândia |
| 37. Nigéria | 49. Tajiquistão |
| 38. Paquistão | 50. Tanzânia |
| 39. Peru | 51. Uganda |
| 40. Filipinas | 52. Vietnã |
| 41. Ruanda | 53. Iémen |
| 42. Senegal | 54. Zâmbia |
| 43. Serra Leoa | 55. Zimbábue |
| 44. Somália | |
| 45. Sudão do Sul | |
| 46. Sri Lanka | |